autuado por cintiacarrer em 11/12/2025 11:51:10.

PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 974/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;

- Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964, que promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes.

- Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal; regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.018, de 1º de outubro de 1996;

- Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

- Lei Federal nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

- Lei Federal nº 13.840, 5 de junho de 2019, que altera as Leis nos 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

PROCURADORIA

dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

- Decreto Federal nº 4.345, de 26 de agosto de 2002, que institui a Política Nacional Antidrogas e dá outras providências.

- Decreto Federal nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências.

- Decreto Federal nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas.

- Decreto Federal nº 9.926, de 19 de julho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

- Portaria MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Resolução CONAD nº 2, de 4 de fevereiro de 2005, que estabelece o Regimento Interno das Câmaras Técnicas, das Câmaras de Assessoramento e das Câmaras Especiais do Conselho Nacional Antidrogas.

- Resolução CONAD nº 3, de 27 de outubro de 2005, que aprova a Política Nacional sobre Drogas.

- Resolução CONAD/MS nº 1, de 19 de agosto de 2015, que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas.

- Resolução CONAD nº 3, de 24 de julho de 2020, que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, o acolhimento de

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

PROCURADORIA

adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas.

- Lei Municipal nº 10.473, de 20 de dezembro de 1999, que ispõe sobre a prestação dos serviços de assistência social no Estado de São Paulo.

- Lei Estadual nº 12.258, de 09 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento e os direitos fundamentais dos usuários de drogas e dá outras providências

- Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009, que proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica.

- Lei Estadual nº 13.779, de 21 de outubro de 2009, que proíbe a venda de narguilé aos menores de 18 anos;

- Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011, que proíbe vender, ofertar, fornecer, entregar e permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idades, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.878, de 20 de dezembro de 2018, que estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de álcool e drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil, e nos respectivos ingressos.

- Lei Municipal nº 17.183, de 18 de outubro de 2019, que institui a Política Estadual sobre Drogas, o Fundo Estadual Antidrogas e dá outras providências

- Decreto Estadual nº 25.367, de 12 de junho de 1986, que institui o Conselho Estadual de Entorpecentes.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 10.971, de 13 de março de 1991, que institui a Semana de Defesa e Prevenção contra o Uso de Drogas e Tóxicos, no âmbito da rede municipal de ensino, e da outras providencias.

- Lei Municipal nº 11.229, de 26 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

autuado por cintiacarrer em 11/12/2025 11:51:10.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 12.265, de 11 de dezembro de 1996, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas pelos mercados, supermercados e hipermercados às crianças e adolescentes;

- Lei Municipal nº 12.281, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a criação de Centros de Recuperação de Drogados, e dá outras providencias.

- Lei Municipal nº 12.402, de 3 de julho de 1997, que veda a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e conjuntos poliesportivos no Município de São Paulo, no período que especifica, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 12.540, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar, de disciplina sobre os efeitos de substâncias que causam dependência física e psicológica em serem humanos;

- Lei Municipal nº 13.210, de 06 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação do "Programa de Educação Especifica Contra os Males do Fumo, do Álcool e das Drogas", em todas as Escolas Publicas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

- Lei Municipal nº 13.270, de 3 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de veicular, em espaços publicitários e em bilhetes utilizados nos transportes públicos municipais de passageiros, mensagens institucionais alertando sobre a prevenção da AIDS e sobre os males do fumo, do álcool e das drogas.

- Lei Municipal nº 13.321, de 06 de fevereiro de 2002, que institui o Conselho Municipal de Politicas Publicas de Drogas e Álcool.

- Lei Municipal nº 13.534, de 19 de março de 2003, que dispõe sobre a instalação, no âmbito do Município, de Programa de Prevenção e Orientação contra o Uso de Entorpecentes.

- Lei Municipal nº 13.722, de 09 de janeiro de 2004, que institui o Programa de Prevenção e Assistência Integral a Dependentes Químicos no Município de São Paulo, e da outras providencias.

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de março de 2017, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.420, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre a inclusão de conteúdo programático relativo à prevenção contra as drogas no currículo das escolas da rede municipal de ensino.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.450, de 22 de junho de 2007, que institui o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcoólica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes, no âmbito do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.634, 14 de dezembro de 2007, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir o evento "Conscientização da Síndrome Alcoólica Fetal", a ser realizado, anualmente, no dia 27 de março, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.726, de 15 de maio de 2008, que estabelece normas para a repressão à comercialização e ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e conjuntos poliesportivos no Município de São Paulo, em eventos esportivos profissionais, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 14.805, de 4 de julho de 2008, que consolida a Legislação sobre o Tabagismo no Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.122, de 22 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a realização do programa e campanha de atendimento e conscientização no Município sobre os males e efeitos da ebriorexia (alcoolrexia).

- Lei Municipal nº 15.250, de 26 de julho de 2010, que dispõe sobre a reserva de ala específica para atendimento de dependentes químicos nos hospitais da Rede Municipal de Saúde, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.489, de 28 de novembro de 2011, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Combate ao Crack, a ser celebrado anualmente no dia 15 de junho e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.956, de 07 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a criação da Campanha Publicitária Educativa de Conscientização de que álcool é droga, e fixa outras providências.

- Lei Municipal nº 16.044, de 14 de julho de 2014, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Corrida e Caminhada contra o Crack e outras drogas, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.135, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de mensagem educativa de prevenção ao consumo de álcool e drogas em material escolar no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.341, de 30 dezembro de 2015, que institui o Programa Municipal de Prevenção ao Alcoolismo entre Mulheres, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.520, de 22 de julho de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público Municipal prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo, e dá outras providências

- Lei Municipal nº 16.563, de 07 de novembro de 2016, que dispõe sobre diretrizes para a conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.646, de 12 de maio de 2017, que dispõe sobre parâmetros de atuação preventiva no combate aos entorpecentes no ambiente escolar, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.867, de 15 de fevereiro de 2018, que institui como Política Pública o Programa GEPAD - Programa de prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.787, de 4 de janeiro de 2018 , que dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio conhecido como narguilé aos menores de dezoito anos de idade, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.093, de 23 de maio de 2019, que dispõe sobre criação do Programa Voluntário Acolhedor para crianças recém-nascidas de mães dependentes de substâncias químicas e vítimas da violência do tráfico de drogas.

- Lei Municipal nº 17.923, de 10 de maio de 2023, que institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.430, de 22/07/2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Saiba Dizer Não às Drogas.

- Lei Municipal nº 18.046, de 13/12/2023, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal das Pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, e dá outras providências.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

autuado por cintiacarrer em 11/12/2025 11:51:10.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 18.232, de 08/05/2025, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Universitário do Antitabagismo e a Semana Universitária de Combate ao Fumo e ao Consumo de Álcool e Drogas Ilícitas.

PL 1408/2025, QUE INSTITUI A COBRANÇA DE MULTA PELO PORTE E USO DE ENTORPECENTES EM AMBIENTES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 1354/2025 ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 11.123 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, INCLUINDO A PREVISÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL E MULTIPROFISSIONAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DEPENDENTES QUÍMICOS E/OU COM PROBLEMAS DECORRENTES DO USO DE DROGAS.

PL 1140/2025 DISPÕE SOBRE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS A SEREM APLICADAS PELA PRÁTICA DE ATOS DE APOROFOBIA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

PL 1075/2025 DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE EXECUÇÃO DE MÚSICAS, VIDEOCLIPES OU PEÇAS COM LETRAS E COREOGRAFIAS QUE FAÇAM APOLOGIA A QUALQUER CRIME, OU EXPRESSEM CONTEÚDOS VERBAIS E NÃO VERBAIS DE CUNHO SEXUAL E ERÓTICO, NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 917/2025 PROÍBE A CONTRATAÇÃO DE SHOWS, ARTISTAS E EVENTOS ABERTOS AO PÚBLICO INFANTOJUVENIL QUE ENVOLVAM, NO DECORRER DA APRESENTAÇÃO, EXPRESSÃO DE APOLOGIA AO CRIME ORGANIZADO OU AO USO DE DROGAS ILÍCITAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 845/2025 DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MARCHA DA MACONHA E EM EVENTOS QUE FAÇAM APOLOGIA AO USO DE DROGAS ILÍCITAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 834/2025 ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI 16.867 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018 PARA INCLUIR O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

autuado por cintiacarrer em 11/12/2025 11:51:10.

PROCURADORIA

PL 831/2025 ALTERA A LEI Nº 17.638, DE 09 DE SETEMBRO DE 2021 QUE DISCIPLINA O PROGRAMA PODE ENTRAR, ESTABELECENDO REGRAS, MECANISMOS E INSTRUMENTOS PARA SUA OPERACIONALIZAÇÃO.

PL 829/2025 ALTERA A LEI Nº 18.107, DE 02 DE MAIO DE 2024, QUE DISCIPLINA O PROGRAMA PODE ENTRAR, ESTABELECENDO REGRAS, MECANISMOS E INSTRUMENTOS PARA SUA OPERACIONALIZAÇÃO
PL 795/2025 DETERMINA MECANISMOS DE PREVENÇÃO E PUNIÇÃO PARA SÓCIOS E ESTABELECIMENTOS QUE SEJAM UTILIZADOS PARA LAVAGEM DE DINHEIRO OU ESTEJAM RELACIONADOS COM O CRIME ORGANIZADO, NOS TERMOS DESTA LEI.

PL 731/2025 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (DRONES) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

PL 645/2025 DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA NA REDE DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, ABRANGENDO INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, PARA ORIENTAR PAIS, RESPONSÁVEIS E ALUNOS, BEM COMO CAPACITAR PROFESSORES SOBRE OS IMPACTOS NEGATIVOS DE MÚSICAS QUE CONTENHAM APOLOGIA AO CRIME, AO USO DE DROGAS, CONTEÚDO PORNOGRÁFICO E LINGUAGEM OBSCENA.

PL 585/2025 DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO DE IMÓVEIS UTILIZADOS REITERADAMENTE PARA PRÁTICAS ILÍCITAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 556/2025 DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE FILTROS DE INTERNET NAS REDES WI-FI PÚBLICAS DAS ESCOLAS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 515/2025 ESTABELECE DIRETRIZES DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 490/2025 INSTITUI ESPAÇO PÚBLICO PARA PRÁTICA DE WHEELING (PISTA DE GRAU), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 464/2025 DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) EM ÁREAS AFETADAS POR PROBLEMAS URBANOS DE ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA: PROSTITUIÇÃO DE RUA,

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

autuado por cintiacarrer em 11/12/2025 11:51:10.

PROCURADORIA

USUÁRIOS DE ENTORPECENTES E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 445/2025 ALTERA A LEI Nº 11.229, DE 26 DE JUNHO DE 1992, PARA DETERMINAR QUE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA REALIZEM EXAME TOXICOLÓGICO PERIÓDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 415/2025 ACRESCENTA O ARTIGO 2-A NA LEI Nº 15.367/11, COM A FINALIDADE DE GRATIFICAR O INTEGRANTE DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO PAULO POR APREENSÕES E DEMAIS RESULTADOS DA ATIVIDADE DE POLICIAMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 317/2025 DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CONSUMO DE MACONHA E SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES EM AMBIENTES DE USO COLETIVO, PÚBLICO OU PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 53/2025 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ENCAMINHAR E/OU INTERNAR EM CENTROS DE REABILITAÇÃO, INDIVÍDUOS QUE NÃO SE ENCONTRAM EM SEU PLENO ESTADO DE SAÚDE MENTAL, DECORRENTE DO USO DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PR 43/2025 CRIA A FRENTE PARLAMENTAR CONTRA O CRIME ORGANIZADO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 41/2025 ALTERA A POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (LEI MUNICIPAL Nº. 17.089, DE 20 DE MAIO DE 2019) PARA PERMITIR A INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA E COMPULSÓRIA PARA O TRATAMENTO DO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS

PR 39/2025 ALTERA O ART. 109 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA PARA INCLUIR A REALIZAÇÃO DE EXAMES TOXICOLÓGICOS TODO INÍCIO DE LEGISLATURA.

PL 37/2025 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ENCAMINHAR E/OU INTERNAR EM CENTROS DE REABILITAÇÃO, INDIVÍDUOS QUE NÃO SE ENCONTRAM EM SEU PLENO ESTADO DE SAÚDE MENTAL, DECORRENTE DO USO DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

PROCURADORIA

PL 33/2025 DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE MÚSICAS COM CONTEÚDO PORNOGRÁFICO, VIOLENTO E DE APOLOGIA ÀS DROGAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTABELECENDO NORMAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PL 26/2025 PROÍBE A CONTRATAÇÃO DE SHOWS, ARTISTAS E EVENTOS ABERTOS AO PÚBLICO INFANTOJUVENIL QUE ENVOLVAM, NO DECORRER DA APRESENTAÇÃO, EXPRESSÃO DE APOLOGIA AO CRIME ORGANIZADO OU AO USO DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 449/2024 AUTORIZA A CRIAÇÃO DO “PROGRAMA PREVENIR” NOS TERMOS EM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 442/2024 DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DO BOLETIM INFORMATIVO NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PL 305/2024 AUTORIZA A PREFEITURA DE SÃO PAULO A COMPRAR O “BLINDADO TEMPESTADE” COM O OBJETIVO DE DISPERSAR PANCADÕES COM SEGURANÇA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

PL 58/2024 INSTITUI, NO MUNÍCIPIO DE SÃO PAULO A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE VÍDEOS EDUCATIVOS ANTIDROGAS NAS ABERTURAS DE SHOWS, EVENTOS CULTURAIS E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DANDO AINDA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 24/2024 DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS PELO MUNICÍPIO ÀS PESSOAS QUE FOREM FLAGRADAS EM ÁREAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS FAZENDO USO DE DROGAS ILÍCITAS EM DESACORDO COM DETERMINAÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 695/2023 INSTITUI, NO MUNÍCIPIO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DE PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, POR MEIO DE CONCESSÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, SERVIÇO DESTINADO AO ATENDIMENTO DE PESSOAS DEPENDENTES QUÍMICAS EM SITUAÇÃO DE RUA OU NÃO, DANDO AINDA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 330/2023 DISPÕE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE GARANTIR QUE NOS LIVROS, CADERNOS E DEMAIS PERIÓDICOS ESCOLARES FORNECIDOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL AOS ALUNOS CONTENHAM MENSAGENS EDUCATIVAS ADVERTINDO SOBRE OS MALEFÍCIOS DO CIGARRO, NARGUILÉS, BEBIDAS ALCOÓLICAS E DROGAS ILÍCITAS.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

PROCURADORIA

PL 320/2023 DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DE RAIO DE PROTEÇÃO ESCOLAR NO ENTORNO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 254/2023 INSTITUI A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ACOLHIMENTO ESPECIAL PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS - CAEAD.

PL 208/2023 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PAULISTANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PL 119/2023 INSTITUI POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AO ESTUDANTE DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO.

PL 108/2023 INSTITUI O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ANTIDROGAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E DA OUTRA PROVIDENCIAS.

PL 452/2022 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE TRANSFORMAÇÃO DE VIDAS - CIT VIDAS, E DÁ OUTRAS, PROVIDÊNCIAS

PL 398/2022 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CAMPANHAS DE EXIBIÇÃO DE VÍDEOS EDUCATIVOS ANTIDROGAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO.

PL 351/2022 INSTITUI A “FICHA LIMPA NAS CRECHES E ESCOLAS”, ALTERA A LEI Nº 11.123, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 289/2022 INSTITUI A FICHA LIMPA AOS SERVIDORES COMISSIONADOS NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E AUTARQUIAS DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PL 815/2021 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR A CATEGORIA FUNCIONAL DE “AGENTE REDUTOR DE DANOS” E A CONTRATAR PESSOAL PARA ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 656/2021 DISPÕE SOBRE A RETIRADA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 518/2021 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE SEGURANÇA ESCOLAR SP NA CIDADE DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.

autuado por cintiacarrer em 11/12/2025 11:51:10.

PROCURADORIA

PL 314/2021 DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E DE SERVIÇO SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 84/2020 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS E INSTITUIÇÕES CONGÊNERES A NOTIFICAREM OCORRÊNCIAS DE USO DE BEBIDA ALCOÓLICA E/OU ENTORPECENTES POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 817/2019 ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO O "DIA MUNICIPAL DA MACONHA TERAPÊUTICA", A SER CELEBRADO ANUALMENTE NO DIA 27 DE NOVEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 677/2019 TORNA OBRIGATÓRIA A PUBLICAÇÃO NO SITE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA URBANA DA PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, AS ESTATÍSTICAS DAS OCORRÊNCIAS REALIZADAS PELA GUARDA CIVIL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 456/2019 INSTITUI CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO USO DAS DROGAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 08 de dezembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 29285/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 11/12/2025 e juntado ao PL 974/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=700593.